



PLAN INTERNATIONAL BRASIL RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

WWW.PLAN.ORG.BR

 /planinternationalbrasil  /planbr  /planbrasil  /planbrasiltv



SUMÁRIO

05 APRESENTAÇÃO

06 SOBRE A PLAN INTERNATIONAL

08 ONDE ESTAMOS

09 GOVERNANÇA (QUEM SOMOS)

10 NOSSOS PROGRAMAS

12 INCIDÊNCIA POLÍTICA

19 COMUNICAÇÃO

24 PRESTAÇÃO DE CONTAS

APRESENTAÇÃO



O momento de preparar nosso relatório de atividades anual é muito gratificante! Poder olhar para trás e ver os frutos de um trabalho comprometido, eficiente e transformador, é motivador.

O ano de 2015 foi de crescimento! Aumentamos nossa presença no Brasil e nos consolidamos como uma organização que trabalha pela promoção dos direitos das crianças e adolescentes, com foco nas meninas.

Tivemos muitas conquistas em todas as nossas áreas de atuação:

Na área programática, alcançamos, com nossos projetos, mais de 45.000 crianças e adolescentes de comunidades em situação de vulnerabilidade social. É lindo ver como essas crianças e adolescentes melhoram seu desenvolvimento e se tornam protagonistas de suas vidas.

Nos consolidamos como uma organização de referência no que diz respeito à promoção da igualdade de gênero desde a infância. Fomos bem diversificados nesse aspecto, fortalecendo nossos projetos, fazendo incidência nos níveis locais e federais, e produzindo evidências para que se reconheça que meninos e meninas têm os mesmos direitos, mas não os alcançam da mesma maneira, estando as meninas em desvantagem, o que pede de nós esforços focados no empoderamento delas.

Os primeiros resultados dos esforços de mobilização de recursos junto a doadores individuais são alentadores e confirmam que estamos no caminho certo. Queremos não apenas envolver as pessoas para uma doação financeira, mas também que elas abracem nossa causa e se tornem sócias nessa empreitada de promover direitos humanos de crianças e adolescentes.

Tivemos também um aumento nas doações de corporações e organizações, tanto internacionais como brasileiras. Fortalecemos nosso departamento de engajamento corporativo e institucional, para cuidar dessas relações institucionais e garantir a máxima eficiência no uso dos recursos.

Cada vez mais, temos conseguido comunicar melhor quem somos e o que fazemos. Nossa presença na mídia ganhou em quantidade e em qualidade: a campanha #QuantoCusta? e o documentário Essa é Minha Vez foram um sucesso em todo o país e outras organizações e coletivos se engajaram e deram um alcance ainda maior às ações.

Sabemos que temos enormes desafios a enfrentar, mas as transformações que vemos cotidianamente na vida das meninas e meninos, suas famílias e comunidades, nos enchem de esperança e fazem com que nos esforcemos, cada dia mais, para sermos inovadores, transformadores e audazes nessa tarefa de colaborar para que o mundo possa ser um lugar melhor para todas e todos.

Anette Trompeter
Diretora Nacional

SOBRE A PLAN INTERNATIONAL

[1937– 2016]

A Plan International é uma organização não-governamental de origem inglesa ativa desde 1937 e presente em 71 países. No Brasil desde 1997, a organização possui hoje mais de 20 projetos, impactando aproximadamente 70 mil crianças e adolescentes. A Plan International Brasil parte do princípio de que assegurar o direito de crianças e adolescentes é um dever e não uma escolha.

NÓS LUTAMOS POR UM MUNDO JUSTO, QUE PROMOVA OS DIREITOS DAS CRIANÇAS E A IGUALDADE PARA MENINAS.

NÓS ENGAJAMOS PESSOAS E PARCEIROS PARA:



Empoderar crianças, jovens e comunidades para a promoção de mudanças necessárias que acabem com as raízes da discriminação contra meninas, a exclusão e a vulnerabilidade;



Trabalhar com crianças e comunidades na preparação e resposta às crises e na superação de adversidades;



Apoiar o desenvolvimento seguro e bem-sucedido de crianças, desde nascimento até a idade adulta.



Conduzir mudanças nas práticas e políticas locais, nacionais e globais por meio do nosso alcance, experiência e conhecimento das realidades que as crianças enfrentam;

ONDE ESTAMOS



GOVERNANÇA (QUEM SOMOS):

GERÊNCIA

Anette Trompeter

Diretora Nacional

Luca Sinesi

Diretor de Programas

Gabriel Barbosa

Gerente de Desenvolvimento Institucional

Flávio Debique

Gerente de Incidência Política

Monica Souza

Gerente de Comunicação e Marketing

Mateus Lotufo

Gerente Nacional de Operações

Samantha Federice

Gerente de Mobilização de Recursos

Thalia Pinheiro

Gerente de Doações Corporativas e Institucionais

Patrícia Sampaio

Gerente de Saúde e Prevenção a Riscos e Desastres

Josete Silva

Gerente Contábil

CONSELHO DIRETOR

Tjipke Bergsma

Presidente (até março de 2016)

Roland Angerer

Presidente (a partir de março de 2016)

Salete de Souza Moraes

Secretária

Antônio Pereira Filho

Tesoureiro

CONSELHO FISCAL 2015

Matthew Carlson

Coordenador

Élio Braz Mendes

Vice-coordenador

Roland Angerer

Vogal

MEMBROS DA ASSEMBLEIA 2015

Plan INT

Plan LTD

Roland Angerer

Matthew Donald Carlson

Salete de Souza Moraes

Antônio Pereira Filho

Élio Braz Mendes

Pedro Martins de Mello

Tjipke Bergsma

MEMBROS BENEMÉRITOS DA ASSEMBLEIA:

Claudio Lottenberg

Melitha Prado (a partir de março de 2016)

Giovana Gaboardi (a partir de março de 2016)

Sylvia Facciolla (a partir de março de 2016)

NOSSOS PROGRAMAS

Para nós, da Plan International Brasil, todo o ciclo de vida é importante. Por isso, nossos programas e projetos começam a partir da Primeira Infância; continuam focando o Desenvolvimento Integral e Crianças e Adolescentes; e apoiam jovens meninas e meninos em suas Habilidades para a Vida e Empoderamento Econômico, sem esquecer a importância do seu engajamento para construir ambientes e comunidades livres de violência e com iguais oportunidades para meninas e meninos.

Nestes projetos, crianças, adolescentes e jovens não são simples beneficiários. A Plan International acredita que meninas e meninos possam crescer saudáveis, cientes de seus direitos e respeitando as diversidades, sendo verdadeiras e verdadeiros agentes de mudança em suas comunidades!

Até meninas, por sua vez, têm um lugar especial em nossos projetos. Ainda hoje, no Brasil, as meninas têm menos oportunidades de desenvolvimento do que os meninos: enquanto 70% das meninas realizam tarefas domésticas, apenas 11% dos meninos fazem o mesmo. E nas comunidades onde a Plan International Brasil está inserida, apenas 17% das jovens trabalham com carteira assinada. Queremos mudar esta realidade e desenvolvemos projetos que fortalecem especialmente as habilidades, o protagonismo e a liderança de meninas em todo o Brasil.

Luca Sinese – Diretor de Programas

PRINCIPAL DESTAQUES DOS NOSSOS PROGRAMAS:



47.848
PESSOAS

fizeram parte diretamente das atividades e projetos da Plan International Brasil nos 6 Estados onde estamos fisicamente e também em todo o país, por meio de iniciativas de comunicação e incidência política;



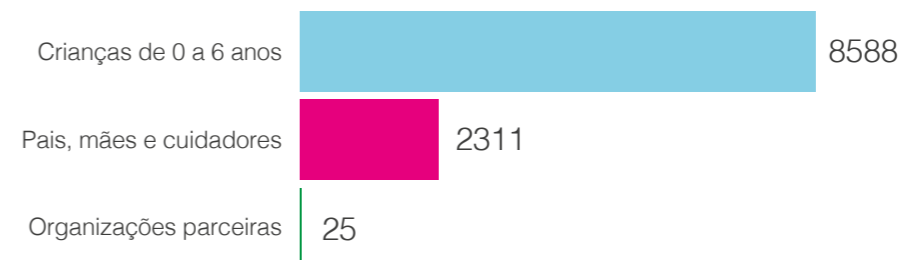
Em nosso país, a Plan International Brasil se tornou a organização não-governamental na área dos

DIREITOS DAS MENINAS

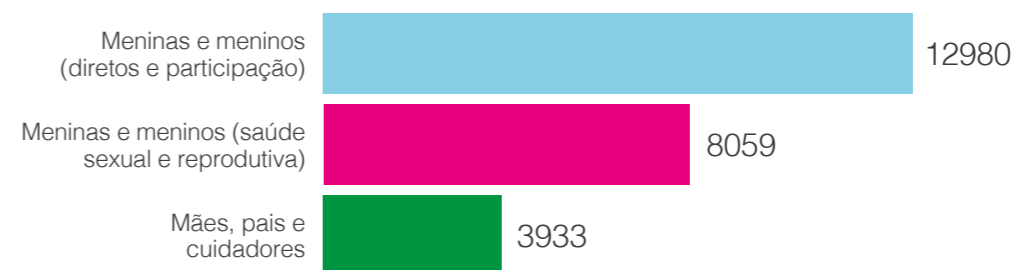
EIXOS PROGRAMÁTICOS EM NÚMEROS:

ALCANCE JANEIRO 2015 – DEZEMBRO 2015

INFÂNCIA SAUDÁVEL:



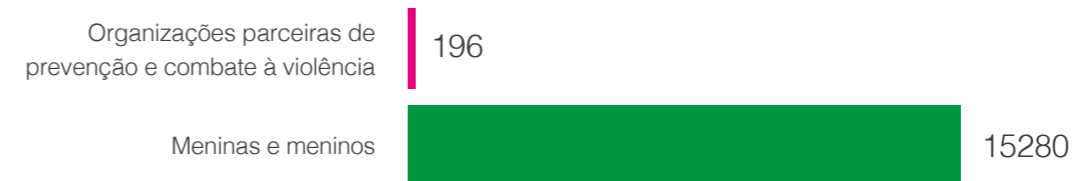
DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DOS 7 AOS 17 ANOS:



EMPODERAMENTO ECONÔMICO DE JOVENS:



PROTEÇÃO CONTRA VIOLÊNCIA E RISCOS DE DESASTRES:



INCIDÊNCIA POLÍTICA

A Plan International Brasil tem como principal compromisso a promoção de direitos humanos de crianças e adolescentes. Para que esses direitos sejam garantidos e postos em prática, a organização trabalha junto aos governos para influenciá-los quanto à formulação de políticas e leis que favoreçam especialmente as crianças em situação de maior vulnerabilidade.

Assim, incidência em políticas públicas é um elemento central do nosso trabalho, que a realiza em parceria com as comunidades locais, organizações e também com a participação e protagonismo dos principais interessados: crianças e adolescentes.

Para esse período, destacamos as ações realizadas para incidir na definição dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS (Agenda 2030). Em parceria com outras organizações da sociedade civil, trabalhamos para que as crianças e adolescentes sejam o centro dessa nova agenda de desenvolvimento.

Em parceria com a Aldeias Infantis SOS, ChildFund Brasil, Fundação Abrinq e Visão Mundial, organizamos em Brasília um seminário para refletir sobre a Agenda 2030, tendo como principal tema a violência contra crianças e adolescentes. Participaram do evento funcionários do governo, especialistas e pessoas

interessadas na temática, e foi um importante momento para difundir a importância dessa agenda global para que crianças e adolescentes não fiquem esquecidos.

Outra ação importante foi o encontro das meninas do projeto Essa é Minha Vez. As meninas escolhidas em cada uma das regiões do país estiveram em Brasília para uma oficina de incidência, onde tiveram a oportunidade de conversar com funcionários de 6 ministérios. Com base nesse diálogo, nas suas realidades e reflexões, as meninas elaboraram um documento intitulado Declaração das Meninas do Brasil, que foi entregue à então Presidenta Dilma Rousseff durante sua visita ao Maranhão.

Mais um destaque foi a aprovação, pelo Conselho Nacional para os Direitos de Crianças e Adolescentes, do projeto Plataforma Nacional de Participação Cidadã – Por Ser Menina, que será executado nas 5 regiões do país, e criará uma rede onde as meninas poderão discutir sobre as questões que as afetam e trocar ideias para buscar soluções para esses problemas.

A Plan International Brasil sabe que, para influenciar e provocar mudanças positivas e duradouras na vida das crianças e adolescentes, é importante fazê-lo em parceria com outras organizações. Por isso, participa ativamente em redes e coalizações.



NESSE MOMENTO FAZEMOS PARTE DAS REDES:

REDE NACIONAL PRIMEIRA INFÂNCIA (RNPI)

A Rede Nacional Primeira Infância é uma articulação nacional de organizações da sociedade civil, do governo, do setor privado, de outras redes e de organizações multilaterais que atuam, direta ou indiretamente, pela promoção e garantia dos direitos da Primeira Infância – sem discriminação étnico-racial, de gênero, regional, religiosa, ideológica, partidária, econômica, de orientação sexual ou de qualquer outra natureza.

REDE NÃO BATA, EDUQUE (RNBE)

A Rede Não Bata, Eduque - formada por instituições e pessoas físicas - atua como movimento social com o objetivo de erradicar os castigos físicos e humilhantes e estimular uma relação familiar respeitosa que garanta o direito das crianças à integridade física e psicológica e a seu pleno desenvolvimento como ser humano e como cidadão. A Rede conta com aproximadamente 200 membros, entre pessoas físicas e jurídicas, e um grupo gestor, que é responsável por desenvolver e coordenar a implementação das estratégias de ação da Rede.

FÓRUM NACIONAL DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES (FNDCA)

O Fórum DCA se propõe, segundo seu estatuto, a “articular e mobilizar as Entidades da Sociedade Civil e Fóruns Estaduais Não-Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente para o cumprimento do ECA; denunciar as omissões e transgressões que resultam na violação dos direitos humanos e constitucionais das crianças e adolescentes; contribuir para o resgate da integridade física, psicológica e moral de crianças e adolescentes, vítimas de negligência, abuso, exploração, maus tratos, tráfico e extermínio.”

FÓRUM NACIONAL PARA A ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

O Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil é uma estratégia da sociedade brasileira de articulação e aglutinação de atores sociais institucionais, envolvidos com políticas e programas de prevenção e erradicação do trabalho infantil no Brasil. Foi criado em 1994, com o apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

O FNPETI é uma instância autônoma de controle social, legitimado pelos segmentos que o compõem. São membros do Fórum os 27 Fóruns Estaduais de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, além de representantes do governo federal, trabalhadores, empregadores e entidades da sociedade civil (ONGs), do sistema de Justiça e organismos internacionais (OIT e UNICEF).

É um espaço democrático, não institucionalizado, de discussão de propostas, definição de estratégias e construção de consensos entre governo e sociedade civil sobre a temática do trabalho infantil.

O FNPETI coordena a Rede Nacional de Combate ao Trabalho Infantil, formada pelos Fóruns de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador, presentes nas 27 unidades da Federação e 48 entidades membro.

PROMOÇÃO DE DIREITOS DAS MENINAS E IGUALDADE DE GÊNERO

O ano de 2015 caracterizou-se pelo incansável trabalho para promover os direitos das meninas e a igualdade de gênero.

As diferentes ações programáticas e de divulgação da organização tiveram o objetivo de “fazer visível o invisível”, e mostrar que o processo de socialização de meninas e meninos, mulheres e homens, é um elemento estruturante das desigualdades, uma vez que estabelecem diferentes maneiras de acessar direitos e oportunidades.

Por meio da campanha de incidência política #QuantoCusta a violência sexual contra meninas?, a Organização conseguiu denunciar, de uma maneira perscrutadora, a cultura do estupro que fundamenta os processos de violação e invisibilidade da violência contra mulheres.

As vozes de meninas e mulheres foram amplificadas a partir da promoção de processos de escuta e participação: tornamos visíveis as meninas em sua atuação política e cidadã.

A I Conferência das Meninas do Maranhão, que culminou na Marcha das Meninas, foi um espaço de inovação em que as garotas puderam ocupar o espaço de controle social e depois sair às ruas pautando a sociedade sobre o que querem para as suas vidas, quais são suas necessidades e sonhos,

deixando suas necessidades bem claras para o desenvolvimento de políticas públicas para seu benefício.

Na construção dos processos de promoção de capacidades, os projetos de empoderamento econômico de jovens têm possibilitado às meninas a construção de habilidades e competências que lhes inserem no mundo do trabalho, além de estabelecerem um pilar no processo de construção de sua autonomia, algo essencial para a emancipação.

Os meninos também estão envolvidos e contemplados nas ações da Organização: pensar a promoção da igualdade de gênero é também possibilitar novos repertórios para a constituição dessa identidade masculina. Assim, os projetos em sua dinâmica trazem para cada menino a oportunidade de vivenciar experiências que os permitem pensar aspectos de sua dimensão humana.

A promoção dos direitos das meninas e da igualdade de gênero vêm sendo o elemento central da prática da organização em todos os seus aspectos. A certeza de que as meninas e os meninos têm direito a desenvolverem plenamente os seus potenciais é o que vem mobilizando nossas ações. A Plan International Brasil quer garantir que todas as crianças possam vivenciar seus direitos plenamente.

MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS



DOAÇÕES CORPORATIVAS E INSTITUCIONAIS

As doações corporativas e institucionais têm uma enorme importância para a Plan International. Estes recursos advêm de empresas, fundações, institutos ou órgãos e/ou agências governamentais que queiram contribuir com a nossa causa.

Através do apoio financeiro e não financeiro, estas organizações contribuem para o desenvolvimento de programas e projetos com o objetivo de capacitar e empoderar crianças, adolescentes e suas comunidades, para que adquiram competências e habilidades que os ajudem a transformar suas realidades.

Na atualidade, este relacionamento é extremamente importante, não somente pelo valor monetário (levando em consideração as dificuldades econômicas atuais de nosso país), mas, principalmente, pelo valor social compartilhado com a sociedade: de forma mais consciente, estes parceiros direcionam melhor seus investimentos, deixando um legado positivo para as pessoas e para o mundo em que vivemos.

No último ano, a Plan International Brasil arrecadou o total de € 1.023.564 via doações internacionais. No país, a organização arrecadou €220.479 incluindo contribuições de organizações parceiras locais e também internacionais, mas sediadas no Brasil.



CORPORAÇÕES DOADORAS



BEIERSDORF NIVEA

Investimento de USD 295.000 em 2011 para o projeto Escola Ativa

Investimento de R\$ 2.600.000 desde 2014 para o projeto Famílias que Cuidam



ASTRAZENECA

Investimento de USD 739.166 desde 2013 para o Programa Adolescente Saudável



ACCENTURE

Investimento de USD 1.050.065 desde 2015 para o Projeto Jovens Construindo o Futuro



CREDIT SUISSE AG

Investimento de USD 799.560 desde 2014 para o projeto Geração



AKZONOBEL

Investimento de € 109.000 desde 2013 para o projeto Gols por uma Vida Melhor



HENKEL AG & CO. KGAA

Investimento de € 150.000 desde 2015 para o projeto Construindo o Saber



FUNDAÇÃO TELEFÔNICA | VIVO

Investimento de R\$ 2.234.147 desde 2013 para o projeto Trabalhar não é brincadeira



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA HOLANDA ATRAVÉS DE DCI-ECPAT

Investimento de € 235,000 desde 2015 para o projeto Turismo e Proteção à Infância



DESWOS

Investimento de USD 30.547 desde 2013 para o projeto Infância Feliz



FUNDACIÓN MAPFRE

Investimento de € 25.000 desde 2015 para o projeto Aprender sem Medo

INSTITUIÇÕES DOADORAS



UNIÃO EUROPEIA

Investimento de € 949.995 desde 2015 para o projeto Pontes para o Futuro



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE SÃO LUIS - CMDCA

Investimento de R\$ 116.808 desde 2014 para o projeto Arte de Prevenir

DOAÇÕES INDIVIDUAIS

Maio de 2015 foi um marco na história da Plan International Brasil: lançamos o Programa de Doações Individuais. Com isso, a Organização pretende diversificar suas fontes de recursos para poder ampliar seus programas e projetos, bem como fortalecer o engajamento com a sociedade civil.

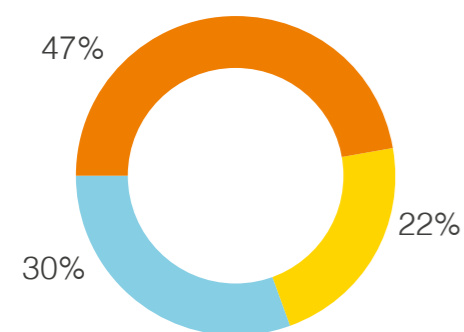
O Programa de Doações Individuais é uma das prioridades da Organização para os próximos anos e deve passar por uma expansão. Ele faz parte de um

conjunto de iniciativas que deverão transformar a Plan International Brasil em um país membro dentro da Federação Plan International.

Ao final de 2015, a Plan International Brasil contava com a ajuda de 739 doadores. Destes, 79% doam em frequência regular, com uma doação média mensal de R\$ 35,94. A apresentadora Astrid Fontenelle, por exemplo, é uma das célebres doadoras.

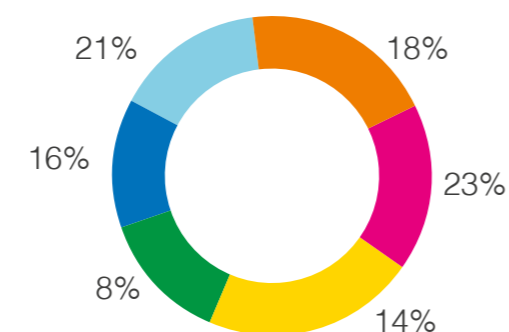
RAIO-X DOS DOADORES DA PLAN INTERNATIONAL BRASIL

SEXO



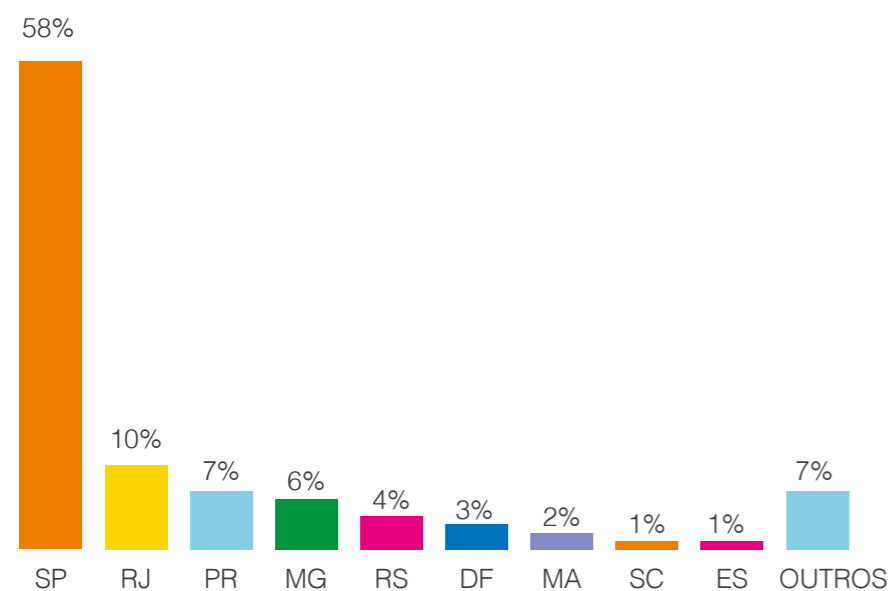
■ Feminino ■ Masculino ■ Não declarado

IDADE



■ até 25 anos ■ 25 a 34 anos ■ 35 a 44 anos
■ 45 a 54 anos ■ 55 anos ou + ■ não identificado

ESTADO



DOADORES ATIVOS: 739

COMUNICAÇÃO

Inserções na imprensa e campanhas foram os principais destaques da área de Comunicação da Plan International Brasil no ano de 2015, cujo maior desafio foi apoiar o lançamento da primeira campanha de doações individuais e fortalecer nosso processo de incidência política.

Dentre essas ações, destacaram-se:

#FILME TV PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Em maio de 2015, mês em que iniciamos nossa campanha nacional de doações individuais, lançamos uma campanha de captação com comerciais de TV, banners, vídeos (internet e mobile), mídia online, posts em mídias sociais, mala direta e ações de *Face to Face* nas ruas de São Paulo. Os filmes foram gravados em Codó, comunidade rural no interior do Maranhão, e as protagonistas foram duas meninas que vivem na região e participam dos nossos projetos. O desafio da campanha era conquistar novos doadores.

No segundo semestre, a campanha contou com a participação da apresentadora Astrid Fontenelle nos filmes de TV e mídia online. Os filmes foram veiculados nos canais GNT, Discovery Home&Health, FOX, Discovery Channel, TLC, Telecine Touch e History Channel.



#GIRL4PRESIDENT

A iniciativa #Girl4President foi o carro chefe da campanha global *Because I Am a Girl* (No Brasil, *Por Ser Menina*) em 2015. Com o objetivo de defender os direitos das meninas por meio da igualdade de gênero, foram feitos dois filmes com os seguintes temas: violência na escola e empoderamento de meninas. A Plan International Brasil participou da produção dos filmes e da divulgação da campanha por meio do evento Casa TPM, realizado pela revista da Editora Trip.

Um deles, o filme *Garota do Milênio*, teve mais de 145.000 visualizações no site do UOL.



#QUANTOCUSTA?

“Quanto custa a violência sexual contra meninas?”: este foi o tema escolhido pela Plan International Brasil para a campanha *Por Ser Menina* em 2015. A iniciativa tinha como objetivo promover e qualificar o debate sobre a violência sexual contra as meninas, que já chega a mais de meio milhão de casos por ano no Brasil.

Para isso, além de peças de comunicação e ações em mídias sociais, contamos com uma rede de organizações de todos os setores na realização de iniciativas pelo Brasil, desde a exibição do filme *India's Daughter* (Filha da Índia) e debates sobre a violência sexual contra meninas, passando pela elaboração de materiais informativos sobre a identificação de abuso e violência sexual, sobre como denunciar estes crimes e como procurar a rede de atendimento para meninas que sofreram com este crime.

Confira alguns resultados:

- Exibição do Filme *India's Daughter* seguido de debate com profissionais qualificados em mais de 33 cidades. Participação de Leslee Udwin, diretora do filme, no lançamento em São Paulo;
- Foram entregues mais de 10.000 cartilhas pelo Brasil com dados sobre a violência sexual contra meninas e mulheres e contatos para denúncia;



- Ações no Carnaval de Salvador (Bahia), Tamandaré (Pernambuco), Codó (Maranhão) e Praia da Pipa em Tibau do Sul (Rio Grande do Norte);
- Página no Facebook com mais de 3.100 curtidas;
- Apoio da Secretaria da Cultura de São Paulo, Secretaria de Direitos Humanos do Estado de SP e Secretária de Políticas para Mulheres; da Revista Super Interessante, Auditório Ibirapuera, ONG Think Olga, Festival do Rio e Prefeitura de Salvador;
- Clipping de mídia com **124 inserções sobre a iniciativa**: o valor de centimetragem da campanha #QuantoCusta? foi de R\$ 2.542,292,00. Destaque para as matérias do SPTV, Estúdio I, Jornal das 10, Folha de São Paulo, Revista Época e Estado de SP.

AÇÕES E MATERIAIS DE COMUNICAÇÃO PARA A CAMPANHA #QUANTO CUSTA



COMO IDENTIFICAR A VIOLÊNCIA SEXUAL

- O QUE É ESTUPRO?** Realizar qualquer ato sexual sem o consentimento da vítima, através de força ou ameaça. Isso inclui qualquer tipo de penetração vaginal, anal ou oral, com ou sem penetração, com ou sem ejaculação. Também inclui qualquer ato sexual que envolva a utilização de objetos ou partes do corpo de outra pessoa para fins sexuais.
- QUE OUTROS TIPOS DE VIOLÊNCIA SEXUAL EXISTEM?** Além de praticar estupro ou qualquer outro tipo de violência sexual, é possível praticar outros tipos de violência sexual, como:
 - Forçar a vítima a ter relações sexuais sem o seu consentimento.
 - Forçar a vítima a ter relações sexuais com alguém que ela não quer.
 - Forçar a vítima a ter relações sexuais com alguém que ela não gosta.
 - Forçar a vítima a ter relações sexuais com alguém que ela não ama.
 - Forçar a vítima a ter relações sexuais com alguém que ela não respeita.
 - Forçar a vítima a ter relações sexuais com alguém que ela não quer.
- CANTAR DE SI MESMO É CRIME?** Sim, cantar de si mesmo é crime. Isso acontece quando alguém canta sobre sua própria experiência de violência sexual em um espaço público, como em um show ou em uma apresentação artística.
- ABUSAR DE ALGUÉM QUE NÃO É ESTUPRO?** Sim, abusar de alguém que não é estupro é crime. Isso acontece quando alguém pratica atos de violência sexual contra outra pessoa sem o seu consentimento.
- TER CONVERSAS DE CONFIANÇA COM CRIANÇAS OU JOVENS SOBRE ABUSO SEXUAL É CRIME?** Não, ter conversas de confiança com crianças ou jovens sobre abuso sexual não é crime. Isso acontece quando alguém conversa com uma criança ou jovem sobre o que é abuso sexual e como se proteger.
- FORNAR COM MENINAS É CRIME?** Sim, fornar com meninas é crime. Isso acontece quando alguém tem relações sexuais com uma menina menor de idade sem o consentimento dela.
- FORNAR COM ALGUÉM QUE NÃO É MENINA É CRIME?** Não, fornar com alguém que não é menina não é crime. Isso acontece quando alguém tem relações sexuais com uma pessoa maior de idade sem o seu consentimento.
- COMO É FAZER SEXO COM ALGUÉM QUE NÃO É MENINA E ESTUPRO FORNAR A BARRA PARA O SEU CONTATO?** Não, fazer sexo com alguém que não é menina e estuprar fornar a barra para o seu contato não é crime. Isso acontece quando alguém tem relações sexuais com uma pessoa maior de idade sem o seu consentimento.

83% das vítimas de violência sexual não relatam o crime.

81% das vítimas de violência sexual não procuram ajuda jurídica.

O PASSO A PASSO DA DENÚNCIA

COMO DENUNCIAR A VIOLÊNCIA SEXUAL?

- 1. NA DELEGACIA**
 - **NA DELEGACIA** Faça uma denúncia verbal e escrita. Você pode fazer isso pessoalmente ou por telefone. Você também pode fazer isso online.
 - **NA DELEGACIA** Faça uma denúncia verbal e escrita. Você pode fazer isso pessoalmente ou por telefone. Você também pode fazer isso online.
- 2. NA DELEGACIA**
 - **NA DELEGACIA** Faça uma denúncia verbal e escrita. Você pode fazer isso pessoalmente ou por telefone. Você também pode fazer isso online.
 - **NA DELEGACIA** Faça uma denúncia verbal e escrita. Você pode fazer isso pessoalmente ou por telefone. Você também pode fazer isso online.
- 3. NO IML**
 - **NO IML** Faça uma denúncia verbal e escrita. Você pode fazer isso pessoalmente ou por telefone. Você também pode fazer isso online.
 - **NO IML** Faça uma denúncia verbal e escrita. Você pode fazer isso pessoalmente ou por telefone. Você também pode fazer isso online.

COMO FAZER A DENÚNCIA EM CASO DE ABUSO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS?

QUE SINAIS DEVO PROCURAR, SE EU SUSPEITAR DE ABUSO CONTRA ALGUMA CRIANÇA QUE EU CONHEÇO?

COMO PREVENIR CASOS DE ABUSO?

O QUE FAZER SE ALGUÉM CRIANÇA ME CONTAR ALGUM EPISÓDIO SUSPEITO?

100 e **180** são os números de emergência para denúncias de violência sexual.



Legenda:
 Convidados para o lançamento da campanha #QuantoCusta;
 Leslee Udwin, diretora do filme *India's Daughter* (Filha da Índia);
 O Deputado Federal Jean Wyllys no debate #QuantoCusta no Festival do Rio.

DOCUMENTÁRIO ESSA É MINHA VEZ!

Um ponto-alto de 2015 foi a produção do documentário *Essa é Minha Vez*, junto com a Teia Filmes. Após de mais de um ano de projeto, o filme viria a ser lançado em 2016. A filmagem aconteceu em sete cidades do Brasil. O documentário conta a história de vida das nove meninas que participaram do Projeto, mostrando suas vidas, sonhos e processo de empoderamento, e a ida de duas meninas para a Assembleia das Nações Unidas em Nova Iorque.



MÍDIA ESPONTÂNEA

Por meio de nossa assessoria de imprensa, alcançamos números inéditos nos nossos 18 anos de trabalho no Brasil:

877

TOTAL DE MATÉRIAS
PRODUZIDAS E PUBLICADAS

811

MENÇÕES EM SITES
E PORTAIS

19

MENÇÕES EM
JORNAIS E REVISTAS

47

MENÇÕES EM
RÁDIOS E TVS

DESTAQUES:

MATÉRIA SOBRE ÓRFÃOS DO EBOLA, NA FOLHA DE SÃO PAULO;

LEIA NA ÍNTEGRA



Cegueira, dor e outras sequelas assombram os que sobrevivem

Artigos em português de centro de tratamento em Serra Leone

Um ano depois, 12 sobreviventes ao Ebola que matou seus pais e irmãos, mas perdeu a visão do olho esquerdo. Foi diagnosticado nos centros de tratamento em Serra Leone.

Subsquentes também sofrem com cegueira pelo corpo, dores de cabeça e nas articulações, erupções na pele e perda de audição. "Como é que essas pessoas podem voltar a ter vida normal se, além de terem perdido pais e irmãos, continuam com problemas de saúde?", pergunta Miller.

Sabe-se muito pouco sobre as sequelas da doença, por que nos epidemias anteriores eram poucos os infectados e a taxa de mortalidade chegava a 80%.

Mais estudos recentes mostram que o vírus pode sobreviver nos olhos e no esperma por muitos meses. Por isso, médicos recomendam que sobreviventes usem proteção para evitar a transmissão da doença por relações sexuais.

A doença desencadeia o sistema de saúde, já previsto. A expectativa de vida em Serra Leone é de 40 anos, pouco.



MATÉRIA SOBRE SEMINÁRIO CONTRA VIOLÊNCIA, NO CANAL GLOBONEWS;

LEIA NA ÍNTEGRA



MATÉRIA SOBRE VÍDEO GAROTA DO MILÊNIO, NO PORTAL UOL.

LEIA NA ÍNTEGRA



MATÉRIAS DA INICIATIVA #QUANTOCUSTA?, NA GLOBONEWS, TV GLOBO E OUTRAS;

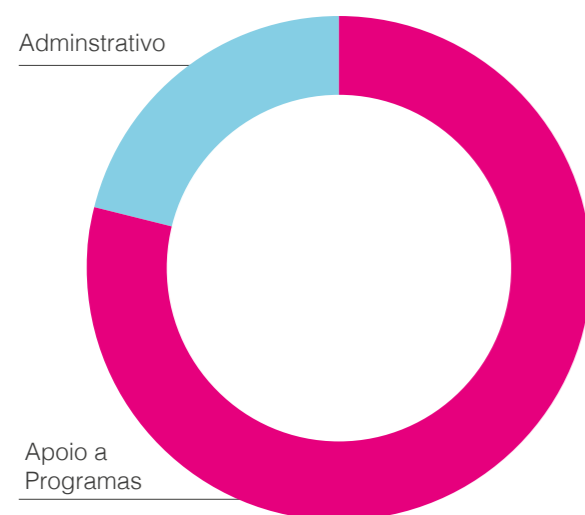
LEIA NA ÍNTEGRA



PRESTAÇÃO DE CONTAS

ANO DE 2015

GASTOS PLAN INTERNATIONAL BRASIL 2015



■ Apoio a Programas R\$ 7.054.780,00
■ Adminstrativo R\$ 1.858.209,00

CONTEXTO OPERACIONAL

A PLAN INTERNATIONAL BRASIL (“Entidade”), fundada em 15 de dezembro de 1997 é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, sem filiação religiosa ou política, que tem por objetivo contribuir para a construção de um mundo onde todas as crianças realizem seu pleno potencial, em sociedades que respeitem os direitos e a dignidade das pessoas.

A Entidade tem sede e foro na Rua dos Flamengos, 20 – quadra 4, bairro do Calhau, São Luís - Maranhão, e pode desenvolver suas atividades por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Para o cumprimento dos seus objetivos, a Entidade orienta suas ações no sentido de promover o apoio humanitário e o desenvolvimento comunitário centrado na criança e no adolescente, garantindo o pleno cumprimento dos Direitos da Criança e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), viabilizando compromissos de longo prazo com as crianças e adolescentes, alcançando maior impacto na luta contra a pobreza infantil, facilitando a comunicação entre crianças, adolescentes e adultos de todo mundo, o entendimento mútuo, e também encontrando soluções inovadoras para assegurar o pleno cumprimento dos direitos das crianças e adolescentes, aplicando em todos os programas os princípios do Desenvolvimento Comunitário Centrado na Criança e no Adolescente.



APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, consubstanciadas nos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) para Pequenas e Médias Empresas (CPC PME (R1)) e nas Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis às Entidades sem fins lucrativos ITG 2002 - “Entidade sem finalidade de Lucros” e NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que visam orientar o atendimento às exigências legais sobre procedimentos contábeis a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidade de lucros. Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado.

A preparação de demonstrações contábeis em conformidade com o CPC PME (R1) requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração da Entidade no processo de aplicação das políticas contábeis, não havendo, todavia, áreas ou situações de maior complexidade que requerem maior nível de julgamento ou estimativas significativas para as demonstrações contábeis. Durante os períodos apresentados, o principal evento identificado foi o reconhecimento do valor justo das gratuidades recebidas, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 12.1 e o reconhecimento de provisões para riscos trabalhistas (Nota Explicativa n. 10).

Em decorrência de adequar o exercício social da Entidade conforme a legislação tributária brasileira, o exercício social da organização, que findava em 30 de junho de cada ano, foi alterado para ser compreendido entre 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de cada ano. Desta forma, conforme pronunciamento técnico CPC 26 (R1) – “Apresentação das Demonstrações Contábeis”, as informações de 2015 referem-se ao período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2015, enquanto que as informações comparativas referem-se ao período de 18 meses compreendendo o período de 01 de julho de 2013 a 31 de Dezembro de 2014. Como consequência, as cifras comparativas apresentadas nas demonstrações contábeis do período de 18 meses findo em 31 de dezembro de 2014 não são inteiramente comparáveis.

Em função de não haver outros resultados abrangentes no exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 e no período de 18 meses findo em 31 de dezembro de 2014, a Entidade não está obrigada a apresentar a demonstração do resultado abrangente nestas demonstrações contábeis.

Essas demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 19 de abril de 2016.

PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

CONVERSÃO DE MOEDA ESTRANGEIRA

MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Entidade atua (“moeda funcional”). As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade e, também, a sua moeda de apresentação.

OPERAÇÕES E SALDOS

As operações com moedas estrangeiras são convertidas em moeda funcional com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão dos ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira pelas taxas de câmbio do final do exercício são reconhecidos na demonstração do resultado.

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e recursos em contas bancárias de livre movimentação e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a Entidade.

IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na Nota Explicativa nº 5.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas decorrentes de alienações são determinados pela comparação com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Entidade. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Os valores residuais e a vida útil dos bens são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O intangível é demonstrado pelo custo incorrido na aquisição de direito de uso de software deduzido do saldo da respectiva conta de amortização. A amortização é calculada pelo método linear, de acordo com a taxa divulgada na Nota Explicativa nº 6.

REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS

O imobilizado e intangível são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor

contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

PASSIVO CIRCULANTE

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo.

PROVISÕES

GERAL

As provisões são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita com segurança.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS

A Entidade é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. Na avaliação da probabilidade de perda, a administração da Entidade considera a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

DEMAIS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

Outros ativos e passivos circulantes, sujeitos à variação monetária ou cambial por força de legislação ou cláusulas contratuais, estão sendo corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações contábeis. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação

APURAÇÃO DO SUPERÁVIT (DÉFICIT)

As receitas da Entidade são provenientes de doações espontâneas, em espécie, bens e eventos recebidos dos parceiros da PLAN INTERNATIONAL BRASIL.

Os custos dos projetos executados estão registrados em conformidade com o regime contábil de competência.

PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA (IRPJ) E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO (CSLL)

Em virtude de a Entidade ser uma organização sem fins lucrativos, goza do benefício de imunidade/isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 167 a 174 do Regulamento de Imposto de Renda aprovado pelo Decreto nº 3.000, de 26/03/1999, bem como artigo 195 da Constituição Federal (CF).

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (R\$)		
	31/12/2015	31/12/2014
Caixa	30.160	18.627
Bancos	2.208.773	710.897
	2.238.933	729.524

ADIANTAMENTOS DIVERSOS

ADIANTAMENTOS DIVERSOS (R\$)		
	31/12/2015	31/12/2014
Adiantamento de aluguel (depósito caução) (a)	43.980	46.080
Adiantamento a colaboradores (b)	42.483	12.886
Adiantamentos a unidades de programa	18.742	1.400
	105.205	60.366
	31/12/2015	31/12/2014
Circulante	61.225	14.286
Não circulante	43.980	46.080
	105.205	60.366

(a) Correspondem às garantias em dinheiro, estabelecidas para assegurar o cumprimento das obrigações constantes nos contratos de locação assinados pela Entidade. São eles:

VALOR DO CAUÇÃO (R\$)		
	31/12/2015	31/12/2014
Rua Flamengo nº 20 - Calhau - São Luís	24.000	24.000
Rua Estado de Israel nº 262, sl 203 - Ilha do Leite - Recife	10.380	10.380
Rua 27, Qd 21, lote 04 - Ed. Jornalista Pires Sabóia - São Luis	9.600	11.700
	43.980	46.080

(b) Os adiantamentos concedidos aos colaboradores são referentes aos adiantamentos de viagens, cujas despesas são reconhecidas nos resultados da Entidade a partir da prestação de contas dos valores tomados.

IMOBILIZADO (R\$)

	Instalações	Máquinas e equipamentos	Moveis utensílios de escritório	Veículos	Computadores e periféricos	Benfeitoria em imóveis de terceiros	Total
Custo total		101.737	167.029	985.419	476.208	322.236	2.052.629
Depreciação/Amortização acumulada		(9.400)	(18.634)	(471.289)	(169.303)	(24.161)	(692.787)
Valor contábil	-	92.337	148.395	514.130	306.905	298.075	1.359.842
Saldo em 31/12/14		92.337	148.395	514.130	306.905	298.075	1.359.842
Adições	-	16.008	17.939		121.411		155.358
Baixas/Ajustes			(3)		(311)		(314)
Depreciação/Amortização		(11.095)	(17.642)	(177.354)	(92.865)	(64.447)	(363.403)
Saldo em 31/12/15	-	97.250	148.689	336.776	335.140	233.628	1.151.483
Custo total		117.745	183.975	985.419	589.961	322.236	2.199.336
Depreciação/Amortização acumulada		(20.495)	(35.286)	(648.643)	(254.821)	(88.608)	(1.047.853)
Valor contábil	-	97.250	148.689	336.776	335.140	233.628	1.151.483
% Depreciação anual	10%	10%	10%	20%	20%	20%	

No período de 1º de Janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015, a administração da entidade realizou inventário físico dos ativos fixos e revisão da vida útil do ativo imobilizado e em decorrência disso foram efetuadas baixas e ajustes dos bens, causando um efeito líquido no resultado de R\$ 314.

A depreciação do período alocada em despesas é de R\$ 363.403 (2014: R\$ 415.106).

INTANGÍVEL

INTANGÍVEL (R\$)	
	Direito de uso de software
Saldo em 30 de junho de 2013	3.716
Adições	10.325
Baixas	(3.716)
Amortização	(1.157)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	9.168
Custo total	10.325
Amortização acumulada	(1.157)
Valor total do intangível	9.168
Saldo em 31 de dezembro de 2014	9.168
Adições	73.125
Amortização	(14.328)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	67.965
Custo total	83.449
Amortização acumulada	(15.484)
Valor total do intangível	67.965
% Amortização anual	20%

SALÁRIOS, PROVISÕES E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

SALÁRIOS, PROVISÕES E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS (R\$)		
	2015	2014
Provisão de férias a pagar	728.865	595.090
IRRF sobre a folha	81.240	74.014
INSS a pagar	32.934	62.266
FGTS a pagar	41.237	61.002
Contribuição sindical	–	221
	884.276	792.593

OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS (R\$)		
	2015	2014
Imposto de renda retido na fonte	1.994	5.400
Contribuição social Lei 10.833	3.538	1.962
INSS de terceiros	74.266	12.965
ISS.	60	1.004
	79.858	21.330

A Entidade atende a todos os requisitos da legislação, sendo imune do imposto de renda (com base no artigo 150 da Constituição Federal) e isenta da contribuição social sobre o superávit, da cota patronal do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) (de acordo com o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) (com base no art. 55 da Lei nº 8.212/91, revogada pela Lei nº 12.101/09, que também ampliou a isenção da COFINS sobre as receitas financeiras para as entidades beneficentes de assistência social a partir de novembro de 2009).

ADIANTAMENTO DE RECURSOS PARA PROJETOS

ADIANTAMENTO DE RECURSOS PARA PROJETOS (R\$)	
	31/12/2015
Total	874.779
Comissão da União Europeia	578.880
Cons. Municipal da Criança e do Adolescente	43.408
Plan International Alemanha	252.491
	31/12/2014
Total	573.817
BDF – Nívea Ltda	94.977
Prefeitura de Codó	206.434
Prefeitura de São Luís	116.808

Referem-se a recursos recebidos antecipadamente de patrocinadores e ainda não destinados aos programas e projetos.

PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS (R\$)

A Entidade é parte envolvida em processos judiciais em andamento e está discutindo essas questões nas esferas judiciais correspondentes, amparadas sempre que necessário, por depósitos judiciais. Em 31 de dezembro de 2015, os valores das causas reconhecidas pela Entidade como prováveis de perda montam R\$ 55.681 (2014: R\$ 181.090) e são constituídas unicamente sobre causas trabalhistas.

	Provisão para contingências	Depósitos judiciais
Saldos em 31 de Dezembro de 2014		
Trabalhistas	181.090	47.183
Saldos em 31 de Dezembro de 2015		
Trabalhistas	55.681	65.951

A Administração da Entidade, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade do êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas são suficientes para cobrir prováveis desembolsos de caixa com estas causas.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO PATRIMÔNIO SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2015, o Patrimônio Social da Entidade é de R\$ 1.749.649 (31 de Dezembro de 2014 - R\$ 678.548). De acordo com o Parágrafo Único, Capítulo IV do Estatuto Social da Entidade, uma vez deliberada a extinção da associação, o seu patrimônio será estendido à outra entidade congênere registrada no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, ou a entidade pública.

DESTINAÇÃO DO SUPERÁVIT

Por ser considerada sem fins lucrativos, a Entidade *não remunera sob nenhuma forma seus dirigentes pelos serviços prestados, e não apresenta superávit em suas contas, ou caso apresente em determinado exercício, destina o referido resultado, integralmente, a manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetos sociais, sendo incorporados ao patrimônio social.*

De acordo com o artigo 7 do Estatuto Social da Entidade, em nenhuma hipótese, lucros, dividendos, bonificações ou vantagem de qualquer espécie, devendo os resultados tesoueiros superavitários, verificados ao final de cada exercício, serem reinvestidos em atividades que garantam o cumprimento dos objetivos sociais.

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (R\$)		
	12 meses findos em 31/12/2015	18 meses findos em 31/12/2014
Doações pessoa jurídica	1.948.114	1.841.540
Doações pessoa Física	63.503	-
Receita em gratuidade	401.457	1.626.950
Doações internacionais	18.163.719	20.103.036
Receita com subvenção	1.310.511	1.468.618
(=) Receita operacional líquida	21.887.304	25.040.144

GRATUIDADES RECEBIDAS (R\$)

As gratuidades identificadas pela administração como tendo sido prestadas no exercício de 2015, bem como o seu valor justo, podem ser assim descritas e estão registradas na demonstração do resultado nas contas “Receitas com gratuidade recebidas” e “Despesas gerais e administrativas”.

	2015	2014
Google	401.457	487.138
MTV	-	1.139.812
(=) Receita operacional líquida	401.457	1.626.950

NATUREZA DAS DESPESAS E CUSTOS RECONHECIDOS NA DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT (R\$)

A Entidade apresentou a demonstração do superávit utilizando uma classificação das despesas e custos baseados em sua função. As informações sobre a natureza das principais despesas reconhecidas na demonstração do superávit é apresentada a seguir:

	2015	2014
Natureza:		
Gastos com pessoal e encargos	-8.912.989	-9.555.840
INSS Patronal e Pis sobre a folha (subvenção)	-1.310.511	-1.468.618
Serviços profissionais	-2.378.922	-2.358.212
Serviços públicos	-104.822	-155.521
Manutenção	-513.412	-622.332
Depreciação e amortização	-377.731	-437.065
Aluguéis	-561.827	-783.607
Viagens e hospedagens	-3.179.695	-4.062.502
Telefone e internet	-234.464	-368.597
Serviços de cartórios e outros	-131.873	-59.523
Materiais e eventos	-918.144	-1.197.830
Compra de materiais e bens de pequeno valor	-113.015	-406.087
Manutenção de unidades de programa	-170.966	-718.813
Publicidade	-1.801.510	-1.951.392
Outros	-106.008	-661.913
Resultado da alienação de bens	-314	-328.369
	-20.816.203	-25.136.221

	2015	2014
Classificados como:		
Custos dos serviços prestados	-4.451.042	-5.773.505
Gerais e administrativas	-7.451.858	-9.478.507
Despesas com pessoal	-8.912.989	-9.555.840
Outras despesas	-314	-328.369
	-20.816.203	-25.136.221

CLASSIFICAÇÃO DO CUSTO POR PROJETO (R\$)

	2015	2014
Início de vida saudável e saúde sexual reprodutiva incluindo HIV	-944.831	-814.992
Água e saneamento	-37.243	-264.377
Educação de Qualidade	-714.546	-685.360
Proteção contra todas as formas de violência e dano	-219.229	-780.447
Padrão de vida adequado e ass. em situação de emergência	-997.083	-836.515
Participação com cidadãos	-1.538.110	-2.391.814
Total	-4.451.042	-5.773.505

ISENÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO PARA SEGURIDADE SOCIAL

Por se enquadrar nos pré-requisitos instituídos pela Lei nº 9.732, de 11 de dezembro de 1998, e Decreto nos 3.039 e 4.327, de 28 de abril de 1999 e 8 de agosto de 2002, respectivamente, a Entidade é considerada isenta das contribuições de que tratam os arts. 22 e 23 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, quais sejam: cota patronal e demais contribuições a ela vinculadas – salário educação, SAT, INCRA, SENAC, SESC, SEBRAE, PIS e COFINS.

Em 27 de novembro de 2009, foi sancionada a Lei nº 12.101, que dispõe sobre a concessão do Certificado de entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS, alterando diversos procedimentos para a renovação do referido certificado. Uma das principais alterações refere-se à mudança do órgão responsável para análise e emissão do CEBAS. A partir de 1º de janeiro de 2010, o órgão responsável para análise do pleito da beneficência da Entidade, passou a ser o Ministério do Desenvolvimento Social, uma vez que, conforme tal legislação, a alçada de responsabilidade do pedido de renovação da beneficência, se dá de acordo com a área de atuação da Entidade.

O valor relativo à isenção previdenciária, como se devida fosse, gozada no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 1.310.511 (período de 18 meses findo em 31 de Dezembro de 2014 – R\$ 1.468.618) tendo sido totalmente aplicado nos programas para a manutenção de serviços gratuitos.

ISENÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO PARA SEGURIDADE SOCIAL

Por se enquadrar nos pré-requisitos instituídos pela Lei nº 9.732, de 11 de dezembro de 1998, e Decreto nos 3.039 e 4.327, de 28 de abril de 1999 e 8 de agosto de 2002, respectivamente, a Entidade é considerada isenta das contribuições de que tratam os arts. 22 e 23 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, quais sejam: cota patronal e demais contribuições a ela vinculadas – salário educação, SAT, INCRA, SENAC, SESC, SEBRAE, PIS e COFINS.

Em 27 de novembro de 2009, foi sancionada a Lei nº 12.101, que dispõe sobre a concessão do Certificado de entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS, alterando diversos procedimentos para a renovação do referido certificado. Uma das principais alterações refere-se à mudança do órgão responsável para análise e emissão do CEBAS. A partir de 1º de janeiro de 2010,

o órgão responsável para análise do pleito da beneficência da Entidade, passou a ser o Ministério do Desenvolvimento Social, uma vez que, conforme tal legislação, a alçada de responsabilidade do pedido de renovação da beneficência, se dá de acordo com a área de atuação da Entidade.

O valor relativo à isenção previdenciária, como se devida fosse, gozada no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 1.310.511 (período de 18 meses findo em 31 de Dezembro de 2014 – R\$ 1.468.618) tendo sido totalmente aplicado nos programas para a manutenção de serviços gratuitos.

MANUTENÇÃO DO CERTIFICADO DE ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CEBAS

Em 4 de dezembro de 2007, foi publicada no Diário Oficial da União a renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de educação através do processo nº 71010.001270/2006-61, inscrito pelo CNPJ 02.326.629/0001-51. O Certificado tem validade pelo período de 18/12/2007 a 17/12/2010, tendo sua renovação tempestivamente requerida com o Processo nº 71000.139520/2010-30 junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o qual foi protocolado em 8 de dezembro de 2010.

Em 30 de janeiro de 2015, foi publicada no Diário Oficial da União a renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de educação através do processo nº 71000.139520/2010-30, inscrito pelo CNPJ 02.326.629/0001-51. O Certificado tem validade pelo período de 18/12/2010 a 17/12/2015. Foi protocolada a prestação de contas ao CEBAs em 16/04/2015 (protocolo nº 71000.043011/2015-17) o qual está sob análise, requisito para a renovação do certificado.

As aplicações dos recursos em gratuidades atenderam ao que preceitua a Constituição Federal no Art. 195, III, §7º, que concede a isenção da Contribuição Social (INSS) às entidades beneficentes de assistência social que atendem as exigências estabelecidas em lei.

DO IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO “CAUSA MORTIS” E DOAÇÃO, DE QUAISQUER BENS OU DIREITOS (“ITCMD”)

A Plan é reconhecida como uma entidade de assistência social sem fins lucrativos e, portanto, conforme art. 107 da Lei 7.799/02 e alterações não há incidência do ITCMD.

PESSOAL CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

O pessoal-chave da administração é composto por duas categorias de associados, os Fundadores, categoria constituída por pessoas físicas ou jurídicas, que participaram originalmente da constituição da organização; e os Beneméritos, categorias constituída por pessoas físicas ou jurídicas indicadas por 2 (dois) associados fundadores ou efetivos e homologados por deliberação da Assembleia Geral, com objetivo de aconselhar e orientar nos processos de definição de estratégias da Plan International Brasil. A Plan International Brasil não remunera os seus conselheiros, assim representados na data do balanço:

CONSELHO DIRETOR:	31/12/2015	31/12/2014
Presidente	Tjipke Bersma	Tjipke Bersma
Secretário	Salete de Souza Moraes	Salete de Souza Moraes
Tesoureiro	Antônio Pereira Filho	Antônio Pereira Filho

CONSELHO FISCAL:	31/12/2015	31/12/2014
Coordenador	Mathew Donand Carlson	Mathew Donand Carlson
Vice-coordenador	Élio Braz Mendes	Élio Braz Mendes
Vogal	Roland Angerer	Roland Angerer
Associada fundadora	Plan International Inc.	Plan International Inc.
Associada fundadora	Plan Ltda.	Plan Ltda.
Associado benemérito	Pedro Martins de Mello	Pedro Martins de Mello
Associado benemérito	Claudio Luiz Lottenberg	

SEGUROS

Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros.

Os valores segurados são definidos pelos Administradores da Entidade em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso, e assim atendendo principalmente, o Princípio Contábil de Continuidade. Cada análise é feita, independentemente, pela unidade de programa e abrange basicamente seguros prediais e automotivos, cujo vencimento decorrerá após 31 de dezembro de 2015.

A Entidade considera os montantes segurados como suficientes para eventuais sinistros.

EVENTOS SUBSEQUENTES

A Administração da Entidade considerou os eventos subsequentes a data de encerramento das demonstrações contábeis ocorridas em 31 de dezembro de 2015 até a data da conclusão das referidas demonstrações em 19 de abril de 2016.



ESCRITÓRIO NACIONAL

Av. Roque Petroni Jr, 1089
Salas 112 e 114, Brooklin Novo
São Paulo/SP
CEP: 04707-900
Tel.: +55 (11) 3956-2170

ESCRITÓRIO E UNIDADE DE PROGRAMAS SÃO LUÍS

Rua dos Flamengos, 20, Calhau
São Luís/MA
CEP: 65071-417
Tel: +55 (98) 3235-6580

UNIDADE DE PROGRAMAS CODÓ

Avenida Santos Dumont, 3888, São Sebastião
Codó/MA
CEP: 65400-000
Tel: +55 (99) 3661-9557

UNIDADE DE PROGRAMAS TERESINA

Rua Sete de Setembro, 498, Centro Sul
Teresina/PI
CEP: 64001-210
Tel: +55 (86) 3226-2785

NÚCLEO DE PROGRAMAS RECIFE

Rua Estado de Israel, 262, Sala 202, Ilha do Leite
Recife/PE
CEP: 50070-420
Tel: +55 (81) 3039-4744

NÚCLEO DE PROGRAMAS SALVADOR

Praça Conselheiro Almeida Couto, 374, Nazaré
Salvador/BA
CEP: 40050-405
Tel: +55 (71) 3243-2955

ESCRITÓRIO DE PROJETO SÃO PAULO

Rua Bracará, 65, Jardim Amália
São Paulo/SP
CEP: 05890-020
Tel: +55 (11) 5823-0984



WWW.PLAN.ORG.BR



/planinternationalbrasil



/planbr



/planbrasil



/planbrasiltv